

## A diversidade cultural segundo a abordagem da antropologia evolutiva

### Cultural diversity according to the approach of the evolutionary anthropology

Tamires Eidelwein<sup>1</sup>, Gabriel Eidelwein Silveira<sup>1\*</sup>, Paulo José Libardoni<sup>2</sup>, Carlito Lins de Almeida Filho<sup>3</sup>, Yana de Moura Gonçalves<sup>1</sup>

---

#### RESUMO

Trata-se de um ensaio teórico em teoria antropológica a respeito da questão da diversidade cultural, a partir da perspectiva evolucionista. Inicialmente, toma-se como referência as contribuições de Morgan, além de insights de Tylor e Frazer. Em seguida, abordam-se algumas ressalvas críticas à perspectiva evolucionista defendidas pela antropologia cultural, a partir de Franz Boas e Ruth Benedict. Finalmente, conclui-se com uma reflexão sobre o imperativo de se preservar a diversidade das culturas, a partir de insights de Lévi-Strauss.

**Palavras-chave:** Teoria antropológica; Diversidade cultural; Evolucionismo.

---

#### ABSTRACT

This is a theoretical essay in anthropological theory about the issue of cultural diversity, from an evolutionary perspective. Initially, Morgan's contributions are taken as reference, as well as Tylor and Frazer's insights. Then, some critical reservations to the evolutionist perspective defended by cultural anthropology, based on Franz Boas and Ruth Benedict, are addressed. Finally, we conclude with a reflection on the imperative of preserving the diversity of cultures, based on Lévi-Strauss' insights.

**Keywords:** Anthropological theory; Cultural diversity; Evolutionism.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI). \*professor.gabriel@ufpi.edu.br

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará.

## INTRODUÇÃO

Neste ensaio, discute-se a questão da diversidade cultural, conforme a perspectiva evolucionista, tomando como referência as contribuições de Morgan, além de alguns insights de Tylor e Frazer. Em seguida, abordam-se algumas ressalvas críticas à perspectiva evolucionista advogadas pela antropologia cultural, a partir de Franz Boas e Ruth Benedict. Finalmente, conclui-se com uma reflexão sobre o imperativo de se preservar a diversidade das culturas, a partir de insights de Lévi-Strauss.

## A EXPLICAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL NA ANTROPOLOGIA EVOLUCIONISTA

A perspectiva do evolucionismo clássico - Morgan (1868, 1877), Tylor (1920), Frazer (2019), etc. - assume o postulado do desenvolvimento linear e ascendente da sociedade, como se a sociedade primitiva correspondesse a um estágio anterior e necessário das sociedades que lhe sucederam. Esta perspectiva baseia-se na ideia de progresso da sociedade (COMTE, 1830), sugerindo uma escala evolutiva que seguia uma direção única desde a sociedade simples até a sociedade complexa (SPENCER, 1896).

O evolucionismo, em antropologia, desenvolveu-se em polêmica com a teoria da seleção natural darwinista (DARWIN, 1859), a qual afirmava que, na luta pela sobrevivência, ocorre a preservação das raças mais adaptadas. Com efeito, a aplicação de conceitos biológicos darwinistas à explicação da sociedade conduzia a falácias científicas.

Para os antropólogos evolucionistas, a compreensão da diversidade cultural não seria um processo evolutivo biológico, mas sim histórico, associado à ideia de progresso. Celso de Castro explica que “um dos fatores fundamentais para a aceitação da ideia de evolução era sua associação com a ideia de progresso, cuja imagem mais comum é a de uma ‘escada’ cujos degraus estão dispostos numa hierarquia linear” (CASTRO, 2005, p. 12).

Portanto, é possível afirmar que “o evolucionismo na antropologia deu uma resposta clara à antiga questão de como se poderia compreender a enorme diversidade cultural humana: as diferenças culturais passavam a ser reduzidas a estágios históricos de

um mesmo caminho evolutivo” (CASTRO, 2016, posição 117). Nessa “escala evolutiva”, ou seja, numa visão moderna da sociedade, o avanço social é compreendido como sinônimo de organização política, econômica e religiosa. Estes são considerados produtos da atividade humana, de sorte que a o estágio moderno da evolução pode ser contemplado no “indivíduo civilizado”.

Conforme a teorização de Morgan (1877), seguindo estes “degraus” de evolução, “a selvageria precedeu a barbárie em todas as tribos da humanidade, assim como se sabe que a barbárie precedeu a civilização. A história da raça humana é uma só – na fonte, na experiência, no progresso” (CASTRO, 2005, p. 21). Nesse processo evolutivo, “os selvagens, avançando através de passos lentos, quase imperceptíveis, alcançaram a condição mais elevada de bárbaros; como os bárbaros, por um avanço progressivo semelhante, finalmente alcançaram a civilização” (CASTRO, 2016, posição 146). Assim, pode-se afirmar que, “se todas as formações sociais humanas tinham origens remotas e caminhavam no mesmo sentido, na direção do progresso, os evolucionistas pensavam que os australianos haviam parado num estágio ‘primitivo’ e os ingleses avançado para um estágio ‘civilizado’” (ROCHA, 1988, p. 13).

O grau de inteligência estava relacionado às invenções e tecnologias, tendo como linhas de investigação as descobertas e invenções, bem como as instituições primárias (subsistência, governo, linguagem, família, religião, vida doméstica e propriedade). Logo, a partir dessas características, era possível demonstrar os principais estágios do desenvolvimento humano, concluindo-se que os povos primitivos, os quais não teriam alcançado a civilidade, encontrar-se-iam num estágio “inferior” (CASTRO, 2005, p. 25). Postulava-se que as instituições sociais e civis “quando organizadas e comparadas, tendem a mostrar a origem única da humanidade, a semelhança de desejos humanos em um mesmo estágio de avanço e a uniformidade das operações da mente humana em condições similares de sociedade” (CASTRO, 2016, posição 159).

Assim, “as principais instituições da humanidade tiveram origem na selvageria, foram desenvolvidas na barbárie e estão amadurecendo na civilização” (CASTRO, 2016, posição 159). Dentre as instituições primárias merece destaque a ideia de propriedade e a de família. Primeiro, porque “o desenvolvimento da ideia de propriedade teria sido, na interpretação de Morgan, o processo decisivo para o surgimento da civilização” (CASTRO, 2016, posição 131). Segundo porque o enfoque na família primitiva

inaugurou estudo dos sistemas de parentesco, instruindo Morgan a inaugurar o método comparativo desses sistemas. Nesse sentido:

Morgan chegou a conclusão de que havia apenas dois sistemas de terminologia de parentesco, fundamentalmente diferentes: um descritivo (do hemisfério sul, tropical e claramente não-europeu) e outro classificatório (da Europa e do noroeste asiático). As diferenças entre os dois sistemas, sugere Morgan, poderiam ser devidas ao resultado do desenvolvimento da propriedade (CASTRO, 2005, p. 06).

No clássico *Sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana*, Morgan (1868) confirmava “a hipótese da origem asiática dos povos indígenas americanos, mas também embutia a descoberta de um novo método de investigação: a comparação de “sistemas de consanguinidade e afinidade” (ALMEIDA, 2010, p. 310).

A partir desse momento, Morgan “elaborou um questionário detalhado sobre termos de parentesco, que foi distribuído a missionários e representantes diplomáticos através do mundo, com ajuda do governo norte-americano” (ALMEIDA, 2010, p. 310).

Morgan criou um método inteiramente novo, e que pode ser legitimamente chamado de estrutural: a comparação não dos termos de parentesco, mas dos “sistemas de relações” que conectam entre si os termos contidos nas terminologias de parentesco. O resultado principal dessa análise foi a demonstração de que os “sistemas de relações” de diferentes povos, tabulados com detalhamento e abrangência jamais vistos desde então, podiam ser agrupados em dois grandes tipos: os “sistemas descritivos” e os “sistemas classificatórios” [...] Tratava-se de explicar a própria existência dos “sistemas classificatórios”, que eram, de um lado, característicos de povos não civilizados e, por outro lado, eram mais artificiais, mais elaborados e mais distantes da “natureza da descendência” do que os “sistemas descritivos” dos povos “civilizados” [...]. Morgan insistiu, porém, na introdução à versão publicada em 1871, que o verdadeiro valor de seu livro estava em seu “método” e em seus “dados”. Nas palavras do próprio Morgan, “as tabelas são os resultados principais” da sua investigação. Morgan pede enfaticamente para que pesquisadores futuros continuem a investigar os “sistemas” com novos casos, e ressalta sua convicção do valor metodológico do “novo instrumento da etnologia” que havia criado (ALMEIDA, 2010, p. 311).

Neste contexto, Castro comenta a evolução dos sistemas de parentesco descrita por Morgan:

a família passou por formas sucessivas, e criou grandes sistemas de consanguinidade e afinidade que duram até os dias de hoje. Esses

sistemas registram as relações existentes na família no período em que cada um, respectivamente, foi formado, e contêm um registro instrutivo da experiência da humanidade enquanto a família estava avançando da consanguinidade para a monogamia, passando por formas intermediárias (CASTRO, 2016, posição 159).

No mesmo sentido, a ideia de propriedade passou por um crescimento e um desenvolvimento semelhantes. Tendo sua origem na selvageria, a paixão pela propriedade, representando a subsistência acumulada, tornou-se dominante na mente humana no estágio das raças civilizadas (CASTRO, 2016, posição 159).

Por sua obra *A sociedade antiga*, publicada por Morgan em 1877, chegou a influenciar Karl Marx e Friedrich Engels, que leram o livro entre 1880 e 1881 e tomaram 98 páginas de notas. Engels (1984) utilizou-se amplamente dessas anotações para a elaboração do clássico *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*.

Os antropólogos evolucionistas empreenderam um grande esforço na construção do objeto e na afirmação do método da nova ciência. No entanto, a história da disciplina registra criticamente o viés etnocêntrico das suas primeiras formulações. A evolução das culturas, para aqueles autores, é narrada a partir de uma perspectiva ocidental, em um marco em que o Ocidente é considerado sinônimo de “civilização avançada”, organizado a partir da “civilidade” humana. Em contraste, os povos primitivos, que não alcançaram o estágio da civilidade, encontrar-se-iam num estágio evolutivo inferior. É notório, nesse sentido, que alguns dos primeiros antropólogos dispensavam em absoluto o trabalho empírico junto aos exóticos selvagens, realizando “antropologias de gabinete”, o que é explicado, ao menos em parte, pelo desdém inicial da disciplina pelas particularidades culturais do “outro”.

Diz uma anedota que Sir James Frazer, importante antropólogo da época, ao ser perguntado se falaria algum dia com um selvagem, respondeu muito simples e sinceramente: “Deus me livre!”. De fato, a sua teoria dispensava qualquer contato com o “outro”, qualquer “trabalho de campo”, pois que tudo já estava pronto. Era uma questão de encaixar as culturas nos estádios já predeterminados da evolução. O etnocentrismo estava em achar que o “outro” era completamente dispensável como elemento de transformação da teoria (ROCHA, 1988, p. 14).

Em contraste com as abordagens “biologizantes”, inspiradas no darwinismo, a principal contribuição de Tylor (1920) foi a introdução do conceito de cultura. Para ele, cultura e civilização são sinônimos. Castro explica:

Cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. A situação da cultura entre as várias sociedades da humanidade, na medida em que possa ser investigada segundo princípios gerais, é um tema adequado para o estudo de leis do pensamento e da ação humana (CASTRO, 2005, p. 31).

Tylor (1920) buscou eliminar a tese da variedade de raças, contestando o argumento *poligenista* da antropologia “biológica”, a qual sustentava que as raças humanas teriam origens diferentes. Para o autor, partidário do evolucionismo, a humanidade é tratada como homogênea em natureza, embora as sociedades possam ser situadas em diferentes graus de civilização (CASTRO, 2005, p. 34).

Nesse sentido, é importante demonstrar que os evolucionistas “mostraram pela primeira vez que as disparidades culturais entre os grupos humanos não eram de forma alguma a consequência de predisposições congênicas, mas apenas o resultado de situações técnicas e econômicas” (LAPLANTINE, 1994, p. 54). Desta forma, não obstante o seu inadvertido etnocentrismo, deve-se destacar o caráter antirracista da antropologia evolucionista, tendo em vista, especialmente, sua contestação do darwinismo social.

A aplicação do método comparativo era necessária, tendo em vista que, na época, os conhecimentos arqueológicos eram superficiais, tornando insuficientes os registros históricos para o rastreamento do trajeto evolutivo da civilização humana. Para Frazer, “o selvagem é um documento humano” (CASTRO, 2005, p. 14), pois a partir da observação “do mundo dos selvagens de hoje” (CASTRO, 2005, p. 14) é possível ter uma ideia do modo de vida nas épocas anteriores. De modo geral, os evolucionistas “postulavam uma unidade entre as culturas como se todas tivessem de dar conta de problemas idênticos e que, mais cedo ou mais tarde, os ‘primitivos’ chegariam às formas da ‘civilização’” (ROCHA, 1988, p. 13). Dessa maneira, pode-se afirmar que, “para preencher as ‘lacunas’ do longo período ‘primitivo’ de evolução cultural humana, a antropologia deveria utilizar o método comparativo, aplicando-o ao grande número de sociedades ‘selvagens’ existentes contemporaneamente” (CASTRO, 2016, posição 117).

## CRÍTICAS À ABORDAGEM EVOLUCIONISTA

Costumes vistos como superiores, numa escala evolutiva, numa visão vertical, sugerem uma visão colonizadora. Com efeito, a abordagem dos evolucionistas quanto às culturas primitivas, interpretavam seus costumes fora de seus contextos, isto é, não os consideravam como produto de relações sociais e de valores específicos da sociedade estudada, postura que seria mais tarde combatida pela antropologia culturalista.

Dentre as mais contundentes ressalvas tecidas ao evolucionismo - sobretudo à abordagem de Lewis Morgan -, destacam-se as críticas ao método comparativo desenvolvidas por Franz Boas (2009), bem como a ênfase da antropologia na pesquisa de campo a partir de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* de Malinowski (2018). Esta última revolucionou a metodologia de pesquisa na antropologia, com a introdução da observação participante. Desse modo, Boas e Malinowski tornam-se referência do movimento de ruptura com a tradição evolucionista, tanto no ponto de vista teórico quanto prático (CASTRO, 2016).

No capítulo *As limitações do método comparativo na antropologia*, Franz Boas (2009) realiza a crítica ao método comparativo evolucionista que tenta explicar costumes e ideias de notável similaridade em vários lugares, tendo objetivo de descobrir leis universais e a história da evolução da sociedade humana. Entretanto, o Boas sugere um método alternativo, que considera os costumes em função das relações que estabelecem dentro da cultura particular considerada. Segundo ele:

o estudo detalhado de costumes em sua relação com a cultura total da tribo que os pratica, em conexão com uma investigação de sua distribuição geográfica entre tribos vizinhas, propicia-nos quase sempre um meio de determinar com considerável precisão as causas históricas que levaram à formação dos costumes em questão e os processos psicológicos que atuaram em seu desenvolvimento (BOAS, 2009, p. 33-34).

Por sua vez, Ruth Benedict, autora da obra *Padrões de cultura* (2013), tendo sido aluna de Boas e influenciada por ele, elabora um método menos ambicioso que o dos evolucionistas, limitando-se à tarefa de compreender diversos traços culturais de poucas

culturas em sociedades mais simples. Assim, “no estudo de mecanismos culturais, precisamos de toda a informação que pudermos obter com o estudo da organização do pensamento e do comportamento em grupos menos complicados” (BENEDICT, 2013, p. 48).

Franz Boas (1940) foi o primeiro antropólogo profissional a criticar de forma sistemática a abordagem da antropologia que postulava estágios de desenvolvimento da humanidade, defendendo a necessidade, ao invés disso, de se conhecer cada cultura, em suas particularidades, antes de tecer comparações levianas com quaisquer outras sociedades. Segundo Santos, o autor culturalista:

... resgata a noção de cultura, considerando que todos os fenômenos culturais são resultados de acontecimentos históricos e que cada cultura deve ser compreendida pelo seu micro espaço sócio-geográfico no qual cada indivíduo se situa, e também pelos meios que estes indivíduos desenvolvem sua cultura material (SANTOS in FREITAS, FONTES, OLIVEIRA, 2008, p. 279).

Assim, conforme Santos (in FREITAS, FONTES, OLIVEIRA, 2008, p. 279), o enfoque da vertente culturalista da antropologia recai sobre a diversidade das culturas, relativizando as condutas e costumes. Por isso, a antropologia culturalista preconiza pesquisas baseadas na observação direta dos comportamentos individuais, mais do que em formulações abstratas sobre o funcionamento das instituições.

A individualidade que interessava a Boas era aquela do elemento no seu “meio ambiente”, definido no presente, mas também como produto da “história do povo, a influência das regiões pelas quais passou em migrações e os outros povos com quem teve contato” (STOCKING in BOAS, 2004, p. 19). Assim, para compreender o “espécimen individual” deveria vê-lo em relação às “produções (de uma tribo) como um todo (STOCKING in BOAS, 2004, p. 19). Nesse sentido, Everaldo Rocha comenta que a abordagem de Boas:

Enfatiza os processos de mudança, de troca e empréstimo cultural como capazes de repercutir nos caminhos trilhados por cada cultura humana. Todas estas idéias, suas sutilezas, relativizações e complexidades, se afinal acabaram por não expressar uma nítida “teoria” da cultura, ao menos expressaram a riqueza de uma reflexão que assumiu os riscos de relativizar os limites, os parâmetros, as fronteiras do próprio campo de onde partiu (ROCHA, 1988, p. 18).

Vale mencionar o do uso chocalho em determinada cultura como um exemplo característico desta abordagem: “um chocalho não podia ser visto apenas como um meio de fazer barulho”; poderia também ser, “além disso, resultado de concepções religiosas, pois qualquer barulho pode ser aplicado para invocar ou expulsar espíritos” (STOCKING in BOAS, 2004, p. 19).

Dando um passo além, Ruth Benedict critica a “antropologia de gabinete” dos evolucionistas e suas pretensões de articular o conjunto das culturas em uma teoria unificada:

“Todavia, o trabalho antropológico tem se dedicado predominantemente à análise de traços culturais, e não ao estudo de culturas como conjuntos articulados. Isto decorreu em grande parte da índole das anteriores descrições antropológicas. Os antropólogos clássicos não escreviam com base no conhecimento direto de povos primitivos. Eles eram estudiosos teóricos que tinham ao seu dispor as anedotas de viajantes e missionários e os relatos formais e esquemáticos dos etnólogos antigos. A partir destes detalhes foi possível inferir a distribuição do costume de quebrar dentes ou da adivinhação por vísceras, mas não se pôde descobrir de que maneira esses traços foram introduzidos em diferentes tribos em configurações características que davam forma e significado aos procedimentos (BENEDICT, 2013, p. 43).

Segundo Benedict, para compreender um traço cultural dentro do seu contexto geral “precisamos ser capazes de analisar os traços da nossa cultura considerando suas diversas partes” (BENEDICT, 2013, p. 40). Os traços culturais específicos devem ser compreendidos dentro do contexto institucional motivacional, afetivo e axiológico vivo de uma cultura, não a partir de elaborações abstratas, apriorísticas e totalizantes. Nas palavras da autora:

“O mesmo grau de irrealidade existe em estudos similares sobre cultura. Se o que nos interessa é o processo cultural, o único modo de conhecermos o significado do detalhe de comportamento escolhido é no contexto dos motivos, emoções e valores institucionalizados nessa cultura. Ao que parece hoje, o primeiro requisito essencial é estudar a cultura viva, conhecer seus hábitos de pensamento e as funções de suas instituições, sendo este um conhecimento que não pode resultar de dissecações e reconstruções póstumas (BENEDICT, 2013, p. 44).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: PENSANDO A DIVERSIDADE CULTURAL COM LÉVI-STRAUSS

Sugeriu-se, neste ensaio, que a antropologia evolucionista superou o darwinismo social, bem como que o culturalismo suplantara o evolucionismo. No entanto, tal se fez apenas por razões heurísticas ou didáticas. Na realidade, a antropologia enquanto disciplina acadêmica não ocorre através de refutações e rupturas, mas de reconstruções, re-interpretações e acomodações.

Mariza Peirano (2002) explica, no prefácio de *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*, que os processos/fatos se repetem, devendo serem entendidos como um espiral, não como uma linha. Desta forma, “a antropologia se desenvolve pela constante renovação teórica que se realiza quando dados etnográficos dialogam, contestam ou expandem teorias anteriores” (PEIRANO, 2002, p. 8). Logo, conclui-se que “autores/obras clássicos são sempre atuais, porque atuam como referência no movimento espiralado mediante o qual o refinamento da disciplina se dá” (PEIRANO, 2002, p. 9). Ainda, de acordo com a autora, é importante destacar que:

A história teórica trata assim do exame dos problemas que se tornaram pertinentes e merecedores de investigação, e dos diálogos que antropólogos empreenderam e que constituem um repertório aberto e continuamente renovado de novas perguntas ou formulações. O movimento final é espiralado e dinâmico, em que questões prévias adquirem nova vida, afastando-se de uma ideia linear ou progressiva (PEIRANO, 2004 p. 9).

Embora se tenha demonstrado que o evolucionismo clássico possui um viés etnocêntrico na sua maneira de lidar com a alteridade, ou seja, em seu modo de ver o “outro”, é possível afirmar que “foi [com] o evolucionismo, como primeiro eixo sistemático de pensamento sobre o ‘outro’ dentro da Antropologia, [que] tivemos também um pequeno quadro do encontro fundamental, em termos da experiência do ‘eu’ e do ‘outro’” (ROCHA, 1988, p. 15).

Dentre os evolucionistas, Morgan foi o autor mais atuante, tendo desempenhado importante papel no desenvolvimento da abordagem antropológica do parentesco, realizando trabalho de campo com os Iroqueses, além de distinguir os três estágios de evolução cultural da humanidade: selvageria, barbárie e civilização. Configurou, assim, um ponto de partida na constituição da disciplina antropológica, mesmo que

posteriormente - como é natural para qualquer pioneiro - tenha sido alvo de uma série de críticas mais ou menos pertinentes.

Conforme se disse acima, o evolucionismo em antropologia contribuiu para, pela primeira vez, desmistificar a concepção biológica na direção de uma explicação científica da diversidade cultural, rompendo com a tese da diversidade das raças humanas (Tylor). Ademais, o conceito de cultura de Tylor permanece atual (LARAIA, 2001, p. 14).

Por sua vez, no ensaio *Raça e História*, Lévi-Strauss (2013), faz uma crítica ao evolucionismo social de Taylor e Spencer, porque, de certa forma, a diversidade cultural foi negada no evolucionismo. Isso porque, mesmo que Tylor considere não haver diversidade de raças na espécie humana, tendo todos a mesma natureza, o evolucionista hierarquizara a civilização em estágios de forma linear. Contrariamente a esta postura teórica, para Lévi-Strauss, é preciso compreender cada uma das culturas, sem hierarquizá-las. Ainda, de acordo com Lévi-Strauss, na análise das culturas, é um equívoco “tomar parte pelo todo”, de forma a “concluir, a partir do fato de duas civilizações (uma atual, a outra desaparecida) oferecerem semelhanças em alguns aspectos, a analogia de todos os aspectos” (LÉVI-STRAUSS, 2013, p. 6).

Prosseguindo na crítica aos evolucionistas, Lévi-Strauss polemiza a noção de que graus superiores da inteligência estariam relacionados à invenção de técnicas e descobertas, observando que todos os povos possuem e transformam as técnicas para permitir dominar o meio em que vivem. Logo, toda história não é estacionária, mas cumulativa, com diferença de graus (LÉVI-STRAUSS, 2013, p 18).

A contribuição das culturas não consiste na lista de suas invenções, mas no diferencial que cada inovação oferece. Cada qual possui sua contribuição. No entanto, não existiu, do ponto de vista do evolucionismo clássico, qualquer espaço para aquele sentimento de humildade e gratidão que cada membro deve experimentar em relação aos outros que têm uma cultura diferente da sua (LÉVI-STRAUSS, 2013, p 21). Pois a diversidade cultural era entendida, naquele paradigma, apenas em função do “grau” de “desenvolvimento” atingido por cada cultura, em uma escala evolutiva, denotando que os estágios inferiores tenderiam (e deveriam) ser substituídos pelas manifestações superiores.

Divergindo destas premissas, considera-se que a consciência atual considera imprescindível preservar a diversidade das culturas. Nas palavras de Lévi-Strauss, “é a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que

nenhuma poderia perpetuar para além de si mesma” (p. 23). É um imperativo tanto moral quanto epistemológico que a tolerância, perante a diversidade das culturas humanas, seja praticada e promovida.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro W. B. de. 2012. **Lewis Morgan: 140 anos dos Sistemas de Consanguinidade e Afinidade da Família Humana (1871-2011)**. Cadernos de Campo 19:309-322...

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana, 1883-1911**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora UFRJ, 2004.

BOAS, Franz. **Race, language and culture**. Chicago: The University of Chicago, 1940.

CASTRO, Celso. **Textos básicos de antropologia: Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

CASTRO, Celso (org.) **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COMTE, Auguste. **Cours de philosophie positive**. Paris: Rouen Pères, 1830. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k76267p/f4.item.texteImage.zoom>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

DARWIN, Charles. **On the origin of species: by the means of natural selection or the preservation of the favoured races in the struggle for life**. Nova Iorque: Appleton, 1859. Disponível em: <[http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1861\\_OriginNY\\_F382.pdf](http://darwin-online.org.uk/converted/pdf/1861_OriginNY_F382.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Disponível em: <<https://professordiegodelpasso.files.wordpress.com/2016/05/engels-a-origem-da-familia-da-propriedade-privada.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

FRAZER, James George. **The golden bough: a study of magic and religion [1890]**. Global Grey Ebooks, 2019.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LÉVI-STRAUSS. **Raça e história**. 2013. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod\\_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20Claude Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%20Claude%20Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Ubu, 2018.

MORGAN, Lewis H. **Ancient society: or researches in the line of human progress from savagery through barbarism to civilization**. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1877. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=IKsUAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Lewis+H+Morgan&hl=en&ei=jNnQTfL9CKjc0QGTmqyvDg&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&sqi=2&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=IKsUAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Lewis+H+Morgan&hl=en&ei=jNnQTfL9CKjc0QGTmqyvDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&sqi=2&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **Systems of consanguinity and affinity of the human family**. Washington: Smithsonian Institute, 1868. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/72972#page/23/mode/1up>>. Acesso em: 22 jul.2019.

PEIRANO, Mariza. 2004. “‘In this context’: As várias histórias da antropologia”. In. **Antropologias, histórias, experiências**. PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloísa; SCHWARTZ, Lilia Moritz (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 99-121. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie347empdf.pdf>. Acesso em: 21 jul.2019.

PEIRANO, Mariza. (org.). **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002 (usei o prefácio escrito pela própria Mariza Peirano)

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense. Primeiros Passos, 1988.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. A questão alimentar na trajetória do pensamento antropológico clássico. In: FREITAS, MCS., FONTES, GAV., OLIVEIRA, N, orgs. **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/9q>>. Acesso em: 22 jul.2019.

SPENCER, Herbert. **The study of sociology**. Nova Iorque: Appleton, 1896. Disponível em: <<https://www.questia.com/read/96277756/the-study-of-sociology>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

STOCKING, George W. Jr. (org.) Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana 1882-1911**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora UFRJ, 2004.

TYLOR, Edward B. **Primitive culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom. John Murray: Londres, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/details/primitivculture01tylouoft/page/n3>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

*Recebido em: 05/10/2021*

*Aprovado em: 26/10/2021*

*Publicado em: 28/10/2021*